

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 865 - de de 6 a 20 de maio de 2020

“E DAÍ?”

DAÍ QUE CAI FORA BOLSONARO!



Aglomerções de filas para receber o auxílio que não vem



Aumento de mortes pela Covid-19



Trabalhadores perdem empregos e direitos

É PRECISO PÔR UM FIM NESTE GOVERNO!

1º DE MAIO
DIA DA CLASSE TRABALHADORA

LULA SIM!
FHC E GOLPISTAS NÃO!
PELO FIM DO GOVERNO BOLSONARO!

DIALOGO E
AÇÃO PETISTA 

DISCURSO CLASSISTA
CONTRASTA COM A
PRESENÇA DO GOLPISTA

NESTE 1º DE MAIO, O JORNAL O TRABALHO COMPLETOU

42 ANOS

A serviço da luta independente
da classe trabalhadora

ASSINE O JORNAL
O TRABALHO

R\$ **10**/mês

150 anos: A atualidade de Lênin

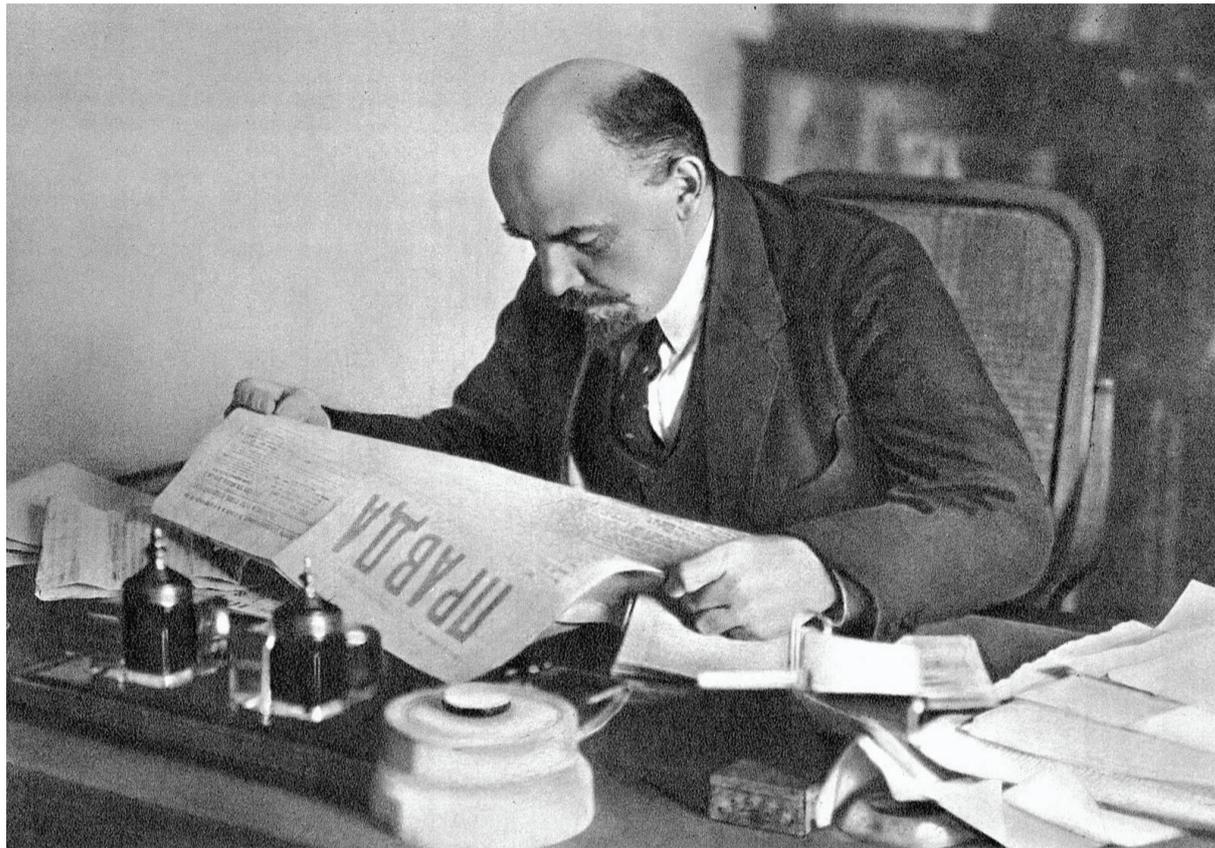
Resgatar e defender seu legado

As comemorações dos 150 anos do nascimento de Lênin têm aberto um caminho para stalinistas e jornalistas burgueses multiplicarem falsificações a respeito da trajetória do revolucionário russo. Os stalinistas inventaram um Lênin infalível, o “guia genial dos povos”, seus textos como uma espécie de Bíblia sagrada e Stálin o seu discípulo mais fiel. Os historiadores e jornalistas da burguesia pintaram Lênin como o grande tirano e ditador sanguinário que teria chegado ao poder por um “golpe de estado” e preparado o caminho para a brutal ditadura stalinista. Uma rápida passagem pela trajetória de vida do grande revolucionário russo logo desmente essas falsificações históricas.

Vladimir Ilyitch Ulianov nasceu na cidade de Simbirsk no dia 22 de abril de 1870. Tornou-se militante revolucionário desde a sua juventude. Sua trajetória foi construída nas polêmicas com seus camaradas de luta enfrentando a apodrecida monarquia russa. Lênin tornou-se disciplinado militante revolucionário, teórico marxista ativo já na clandestinidade, sofrendo as perseguições da polícia política russa e depois no exterior. Participou ativamente de todos os principais momentos e debates do movimento revolucionário que se articulava em torno da 2ª Internacional socialista como membro do POSDR. Esteve diretamente ligado à vitoriosa revolução russa de outubro de 1917, à fundação da 3ª Internacional Comunista em 1919 e a fundação da União Soviética em 1922. Lênin morreu aos 53 anos de idade no ano de 1924, quando a revolução soviética se consolidava depois de quase cinco anos de guerra civil.

Contribuições de Lênin

Com a publicação do seu livro “Que Fazer?” de 1902, surgia uma nova teoria do partido revolucionário. Nem um pequeno grupo de conspiradores terroristas, nem um flácido partido parlamentar. Em oposição aos mencheviques defensores de um partido aberto e flexível, frágil e reformista, Lênin propôs como método de organização o “centralismo democrático”. O partido teria militantes centralizados politicamente a partir de uma ampla e real democracia interna. Lênin



argumentava que seriam necessários militantes disciplinados, organizados de forma permanente e dedicados a ajudar a elevar o nível de compreensão política da classe operária e sua ação política, única condição para enfrentar os aparatos de repressão e controle dos estados capitalistas.

A crise da 2ª Internacional com a adesão das suas alas reformistas no apoio à guerra imperialista (1914-1918) fez Lênin encabeçar a luta contra Kautsky e a cúpula socialdemocrata que se aliava aos governos burgueses de seus países a favor da guerra. Junto com Rosa Luxemburgo, Trotsky e outros, ele atua para agrupar a ala revolucionária da socialdemocracia, movimento que levaria depois à fundação da 3ª Internacional em 1919. Integra esse combate a publicação em 1916 o livro “Imperialismo, fase superior do capitalismo” (ver box).

Com a queda da monarquia russa em fevereiro de 1917 Lênin, então exilado, retorna à Rússia para participar da revolução. O ressurgimento dos soviets agrupando as massas revolucionárias faz Lênin propor uma virada na tática dos bolcheviques: total independência do governo provisório e exigência de “todo o poder aos soviets”. Lênin levou duros debates dentro do partido e dos soviets - não era um gênio infalível e unânime, como depois os manuais stalinistas tentaram retratar. Publica em 1917 o livro “Estado e Revolução”, onde defende que a base do futuro estado operário seriam os soviets, produtos da ampla democracia de massas que nascia e se ampliava. A vitória da revolução de

outubro, quando Trotsky já presidia o soviete de Petrogrado, aprovada por delegados soviéticos eleitos por milhões de trabalhadores, colocava Lênin e os bolcheviques na cabeça da revolução.

Lênin contra Stálin

O partido bolchevique e a democracia soviética sobreviveram à guerra civil (1918-1922). As perdas foram gigantescas, milhares de mortos, fome, destruição e miséria. Em seu último combate político Lênin antevê uma perigosa ameaça à revolução em marcha e à burocratização para o partido: Stálin, representando uma camada social de funcionários nomeados que se aproveitava das dificuldades para garantir privilégios e tomar o partido sob seu controle. O testamento de Lênin é uma prova irrefutável da sua oposição a Stálin.

Em 24 de dezembro de 1922, escrevia: “O camarada Stalin, tendo chegado ao Secretariado Geral, tem concentrado em suas mãos um poder enorme, e não estou seguro que sempre irá utilizá-lo com suficiente prudência.” Um dia depois ele retoma o tema: “Stálin é brusco demais, e este defeito, plenamente tolerável em nosso meio e entre nós, os comunistas, se coloca intolerável no cargo de Secretário Geral. Por isso, proponho aos camaradas que pensem a forma de passar Stálin a outro posto e nomear a este cargo outro homem que se diferencie do camarada Stálin em todos os demais aspectos apenas por uma vantagem a saber: que seja mais tolerante, mais leal, mais correto e mais atento com os camaradas, menos caprichoso, etc. (Testamento

de Lênin 24/12/1922)

As preocupações e advertências de Lênin, que nesse momento já muito doente, não foram suficientes. De fato, o total controle do aparato stalinista a partir de 1928 representou uma ruptura e uma negação da revolução liderada por Lênin: fim da democracia soviética e burocratização do partido, perseguição e assassinato de militantes opositores, fim do internacionalismo revolucionário, fortalecimento de uma casta burocrática que sugava as riquezas produzidas pela classe operária e a economia planificada. Uma gigantesca máquina de falsificações criou uma identidade imaginária de Lênin com o stalinismo e uma

suposta “doutrina marxista-leninista” para encobrir a imensa máquina de falsificações, confisco das conquistas sociais da revolução pela burocracia e o terror do stalinismo. Não é, portanto, um tema que interessa apenas aos historiadores, mas principalmente ao movimento operário: de resgatar e defender o legado do revolucionário Lênin para as futuras gerações de militantes.

Everaldo Andrade

IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO

O livro escrito por Lênin em plena Primeira Guerra, no ano de 1916, quando estava exilado na Suíça, tem enorme atualidade. Longe de ver propostas ou esperanças de salvar, reformar ou esperar uma retomada do progresso da humanidade através do capitalismo. A sobrevivência, apesar dos avanços tecnológicos, levaria a humanidade a uma permanente espiral de guerras e concentração de capitais nas mãos de uma minoria, para Lênin esta é sua última fase: “Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isso originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição”. Hoje cerca de 2.000 bilionários concentram mais de 2/3 das riquezas mundiais em um mundo devastado pela pandemia, guerras e o desemprego. Um livro atual para ser lido e relido.

Reagir à rota ao caos

Duas cenas recentes fazem parte de um mesmo roteiro traçado pelo governo Bolsonaro desde a posse – e que ele acelera com o advento da pandemia.

Em várias cidades do país, filas imensas aglomeravam pais, mães e filhos de famílias trabalhadoras. São milhões de frustrados na tentativa de receber o auxílio de R\$600,00. O desespero cresce.

Dos 96,9 milhões de pedidos apenas 20 milhões receberam auxílio até o início de maio (49,2 milhões de pedidos foram aceitos, 32,77 milhões de CPFs formam rejeitados e 13,67 milhões que estão “sob análise”). Em Vila Velha (ES), a indignação com a falta de atendimento levou as pessoas a atear fogo na agência da Caixa Econômica Federal.

Nas condições impostas pela pandemia, grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras estão ao desabrigo, sem condições sanitárias para defender-se do vírus e sem condições econômicas para garantir minimamente sua sobrevivência.

Em outro cenário, na capital do país, no dia 3 de maio, Jair Bolsonaro recebia uma gangue de seguidores aglomerados diante do Palácio do Planalto, onde atacaram jornalistas. Neste mesmo local, dois dias antes, membros desta gangue insultaram enfermeiras que, com apoio do sindicato, no 1º de maio manifestavam-se pacificamente e respeitando

o distanciamento social em homenagem aos trabalhadores da saúde vítimas da Covid-19 e reivindicando condições de trabalho, uma denúncia contundente das condições em que atuam, de forma heróica, estes profissionais.

Os ataques às enfermeiras e jornalistas não são “cartas fora do baralho” no jogo de Bolsonaro. Provocados pelo comandante em chefe, são os bandos – ainda pequenos, mas que germinam – que se preparam para sustentar o roteiro desenhado por Bolsonaro de

PT NA LUTA PELO FIM DO GOVERNO AJUDA SAÍDA A FAVOR DO POVO

apostar no caos, atacar fisicamente os trabalhadores e às suas organizações, e se impor acima das instituições. Os gritos de fechamento do Congresso, ataque ao Supremo Tribunal Federal e pedido de intervenção militar é a trilha sonora do roteiro.

As instituições (STF e Congresso) atacadas pelos bolsonaristas no dia 3, para regozijo do pretendente a imperador, mais uma vez, reagem pifamente. Bolsonaro, em seu discurso

aos seguidores, fez questão de dizer que as Forças Armadas estão comprometidas com o seu plano. E, mais uma vez apenas, ainda que com resmungos, as FFAA aceitam e acompanham. A nota do ministro da Defesa, procurando distanciar-se da cena diante do Palácio, não anula o fato de que generais e outras patentes, da ativa ou da reserva, seguem muito próximos ao presidente, dentro das paredes do Planalto.

O fato é que, de uma forma ou de outra, são instituições as quais ajudaram a germinar Bolsonaro como presidente e que hoje é o vírus mais ameaçador ao país e seu povo. Foram os criadores desta criatura, com o golpe de 2016 e a condenação e prisão de Lula impedindo sua candidatura. São responsáveis pela tragédia.

É positivo, para criar as condições de uma verdadeira reação ao plano de Bolsonaro, que o Diretório Nacional do PT tenha, finalmente adotado uma resolução dizendo: “É hora de colocar um ponto final no governo Bolsonaro, essa página nefasta da História do Brasil”. O PT, sem se confundir com os coautores desta página, partidos e seus porta-vozes golpistas, pode abrir uma saída. É hora de lutar pelo fim do governo, refazer as instituições cuja ações ajudaram a escrever esta “página nefasta” e fazer as reformas urgentes em favor do povo trabalhador e da soberania nacional.

“O TRABALHO” COMPLETA 42 ANOS DE EXISTÊNCIA

O jornal “O Trabalho” completou 42 anos de publicação contínua, um tempo de existência raramente atingido pela imprensa dos trabalhadores no Brasil. Lançado às vésperas do 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar, o jornal nasceu com o compromisso de não apenas noticiar e comentar as lutas sindicais, populares e da juventude, mas também de participar delas.

Por uma feliz coincidência, cerca de 15 dias depois do lançamento do jornal, começaram as greves dos metalúrgicos do ABC, marcando o retorno da luta operária de massa, depois do endurecimento do regime, em 1968.

“O Trabalho” acompanhou de perto a mobilização, registrando-a em textos e fotos. Essas greves, as quais abalaram a ditadura, são parte do movimento que levou à criação do PT, em 1980, e da CUT, em 1983.

Ao longo de mais de quatro décadas, a publicação manteve a orientação de luta pela democracia e pelo socialismo, combate que é internacional, como a classe operária.

Suas páginas acompanham o

movimento dos trabalhadores e povos de outros países.

“O Trabalho” engajou-se desde o início na luta para derrubar a ditadura. Participou do movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita, mantendo, até hoje, a posição de que os torturadores e assassinos devem ser julgados e punidos (leia ao lado).

DAP e AcIT

Sem abrir mão de expressar as suas posições, “O Trabalho” sempre se dispôs a dialogar com os setores do movimento operário e da juventude os quais, mesmo sem concordar integralmente com elas, defendem uma política em defesa da classe.

Órgão da seção brasileira da 4ª Internacional, Corrente O Trabalho do PT, o jornal publica de forma regular uma página do Diálogo e Ação Petista (DAP), agrupamento de militantes do nosso partido, de diversas origens e correntes, dispostos a trabalhar pelo lema “agir como o PT agia”. Traz também iniciativas e campanhas do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AcIT), ao qual o DAP é vinculado.

Memória

CÂMARA AUTORIZA BOLSONARO A FESTEJAR DITADURA

A impunidade dá espaço para que apoiadores do golpe de 1964ousem defender abertamente o regime que destruiu o país durante mais de vinte anos. E não apenas por meio de (...) marchas pedindo “intervenção militar”. Mais sério é quando a própria Câmara dos Deputados autoriza o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) a comemorar o regime e seus “feitos” numa sessão solene (...). A mesa diretora da Câmara, presidida pelo “aliado” Henrique Eduardo Alves (PMDB), autorizou esse verdadeiro disparate, com a desculpa de que haverá espaço para que os “dois lados” se expressem. Um lado é o do povo brasileiro, que os deputados deveriam representar. O outro é o dos golpistas e assassinos, que devem ser punidos, e não festejados.

O Trabalho nº 745 – 26/3/2014



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus



AJUDE A SUSTENTAR E MANTER A CONTINUIDADE DO JORNAL O TRABALHO

ASSINE EM NOSSO SITE: WWW.OTRABALHO.ORG.BR

TORNE-SE UM ASSINANTE R\$ 10/mês

Meio-passo do PT na crise nacional

Crescente responsabilidade de Lula e do PT



O leitor pode avaliar a resolução abaixo do Diretório Nacional do PT de 02/05 (íntegra www.pt.org.br). Há um mês (09/04), o DN legitimou os gritos de Fora Bolsonaro, “mas” disse que a tarefa era “lutar pela

vida”, e rejeitou o Fim do Governo. Já agora, o título é “Fora Bolsonaro e seu governo”, e a conclusão “colocar ponto final no governo Bolsonaro”. Lula interviniu no debate, o que evitou no DN anterior.

De lá para cá, milhões perderam salários e empregos, milhares morreram na pandemia sem medidas de prevenção e Bolsonaro seguiu na escalada bonapartista autoritária. Também se abalou a ilusão de votar no Congresso de Maia-Alcolumbre medidas sanitárias, sociais e econômicas efetivas contra a pandemia e a crise.

Parece não haver mais dúvida de que com Bolsonaro não dá. Mas ainda há no PT quem espere aliados no Congresso para, com governadores e prefeitos, consertar o que não tem conserto – o sistema!

O mesmo DN que adotou a luta pelo

fim do governo, a reduziu às “alternativas constitucionais”. Mas não há meios de ação popular para derrubá-lo, com uma ruptura democrática do sistema institucional podre?

Sim, está de volta o debate sobre uma Assembleia Constituinte Soberana com um novo governo.

Este DN, numa decisão sumária da maioria de rejeitar todas as emendas em bloco, ainda bloqueou a conclusão da discussão (v. Declaração de abstenção). Ela prosseguirá com mais determinação, pois vem da situação objetiva.

J.A.L.

ANULA STF E CONSTITUINTE DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE MARKUS SOKOL NO DN

“Apoiei o texto-base de Resolução da presidência e da secretária-geral no dia 29, contra o projeto de Rui Falcão, pois era positivo e acolheu algumas das emendas prévias do DAP.

Mas hoje (02/05) chamo à abstenção de todos. Me sinto prejudicado como outros companheiros, independente de seus votos, na exclusão da conclusão da discussão das emendas pendentes, inclusive uma do DAP.

A tensão que se criou não era necessária. É verdade que utilizamos este novo instrumento virtual, mas não acredito que seja por isso; é uma decisão política que traz prejuízo pois, entre nós, a discussão das emendas sempre ajudou a clarificar e, assim, fundamentar a unidade.

Vou dar um exemplo: a versão do texto, no seu ponto 12, traz um avanço ao qualificar a “escolha entre Bolsonaro ou um estado capaz de enfrentar a crise econômica e a desigualdade social”. Muito bem, como chegaremos a este estado?

A resposta foi dada pelo nosso 7º Congresso, há apenas seis meses: chegaremos lá através de uma Assembleia Constituinte Soberana. Afinal, não é com impeachment, eleições presidenciais ou eleições para este congresso (com estas regras), que dobraremos a ‘crise econômica e a desigualdade social’.

Mas não pude apresentar a emenda do DAP na qual avalia-se que a questão do impeachment traz à baila o debate da Constituinte, sem opor a outras iniciativas, como queixas-crime na PGR e STF ou PECs de eleições presidenciais no Congresso. Tudo que ajudar, ajuda.

Alguém pode dizer que é propaganda pois não temos relação de forças. Mas é o mesmo problema para eleições presidenciais, só que, no caso, junto com uma proposta para atacar os problemas estruturais - a Constituinte.

A emenda do DAP não é só “propaganda”, pois na 2ª parte propõe agora, já, o PT pôr à frente a devolução dos direitos políticos de Lula com a exigência de Anula STF! Não acredito que alguém seja contra, mas não pudemos discutir igualmente. Um prejuízo à construção da unidade.”

[Houve 24 abstenções (30%) e 54 votos a favor (alguns se dizendo insatisfeitos) do texto]

DN-PT - “EM DEFESA DA VIDA, DOS EMPREGOS E DA DEMOCRACIA: FORA BOLSONARO E SEU GOVERNO!”

“A evolução da crise social, econômica e política foi fortemente agravada pela pandemia do coronavírus, que em escala mundial expõe a incapacidade do capitalismo para proteger a humanidade e, no Brasil, deixa evidente a ausência de políticas do governo Bolsonaro para garantir a saúde da população, salvar vidas, preservar os empregos e a renda, além de constituir ele mesmo uma permanente ameaça à democracia. (...) Diante do agravamento da crise sanitária, Bolsonaro investe deliberadamente no caos social. Manipula o desespero da população frente à crise, pela qual seu desgoverno é o maior responsável, de forma a acelerar a marcha do golpe autoritário que é o seu projeto de poder. (...) Ao invés de garantir empregos, estimula demissões, suspensão de contratos e confisco de salários, aproveitando a situação para tirar ainda mais direitos dos trabalhadores. E cria dificuldade para pagar a renda de R\$ 600,00 que o Congresso aprovou a partir de proposta do PT junto com os partidos de oposição.

O PT apoiará todas as alternativas constitucionais para remover Bolsonaro, incluindo o impeachment, num processo construído com um amplo arco de forças políticas e sociais para que tenha viabilidade e represente, de fato, a expressão de uma maioria social e política, e que aponte para a eleição de um novo governo pelo povo. (...) Eleições podem ser convocadas desde que o Congresso Nacional aprove a PEC 37/2019, que estabelece convocação de novo pleito presidencial, em até 90 dias, sempre que houver vacância. (...) Preservando nossa identidade e compromissos com a classe trabalhadora, o PT vai somar esforços com todos os democratas, de forma a aglutinar uma ampla frente com partidos e organizações da sociedade para salvar o país de Bolsonaro e seu governo.

(...) É hora de colocar um ponto final no governo Bolsonaro, essa página nefasta da História do Brasil. Só assim o Brasil poderá concentrar suas energias no enfrentamento do coronavírus e seu impacto sobre a economia e a vida da população, que vem em primeiro lugar.

Enfim, muitos discursos, alguns interessantes outros mais retóricos.

Eleições municipais

DN define critérios de escolha de candidaturas diante da situação da pandemia

O DN referendou, por 79% de votos a favor e 21% contrários, a proposta da Executiva para a definição das candidaturas às eleições municipais. Mantida ou adiada a data das eleições, o PT precisa apresentar suas candidaturas o mais breve, nas condições adaptadas à pandemia.

“O Diretório Nacional, frente a situação extraordinária da pandemia,

respeitando as instâncias partidárias e sem modificar os estatutos do PT decide extraordinariamente...” assim introduzida, a resolução leva em conta que, em meio à pandemia, é impraticável realizar encontros municipais de delegados eleitos proporcionalmente ou prévias onde há mais de uma candidatura, estabelecendo que os encontros serão compostos pelos membros dos diretórios

municipais e, “sempre que possível, se reunirá à distância utilizando os recursos eletrônicos disponíveis.

Eventuais reuniões presenciais deverão obedecer às recomendações das autoridades médicas” (íntegra www.pt.org.br).

Entre os votos contrários estavam os que defendiam realizar, para escolha da candidatura na capital paulista (onde há sete inscritos), prévias

online.

Em São Paulo, com mais de 100 mil filiados, onde grande parcela está na periferia, seria criar um mecanismo seletivo, por falta de acesso aos meios técnicos.

O DN acatou a solicitação da Executiva do PT paulista de realizar o encontro incluindo as direções zonais, e ele ocorrerá no dia 15 de maio.



COMITÊ NACIONAL DISCUTE CONJUNTURA E DESAFIOS DO PT

Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista reuniu-se virtualmente no dia 26 de abril. A discussão sobre a situação política no Brasil e no mundo resultou na carta: “Sobre a conjuntura atual- reflexões do Comitê Nacional do DAP”, da qual publicamos trechos abaixo (a íntegra pode ser lida em www.otrabalho.org.br).

Sobre a conjuntura atual- reflexões do Comitê Nacional do DAP

A tragédia da pandemia revela a falência de um sistema incapaz de proteger a humanidade – até hoje são cerca de 200 mil mortos, com dezenas de milhões de desempregados.

(...)

Na questão sanitária, o caos visto em Guayaquil (Equador) agora se aproxima de Manaus e do Brasil. Afinal, desde 2014 houve uma redução de 29% das verbas para a saúde.

(...)

Há no mundo uma fuga de capitais para os EUA, o que repõe a questão do controle destes e da suspensão das dívidas, como parte da luta por governos soberanos a serviço de seus povos.

(...)

A pressão imperialista na crise mundial não diminui. Ao contrário, aumentou, seja no sistema financeiro, seja até com a pirataria de Trump com os respiradores e EPIs, além do agravamento do bloqueio sobre a Venezuela.

Aqui no Brasil, Bolsonaro acelera sua escalada bonapartista autoritária. Na pandemia, ele joga com a ameaça do caos para arrastar o Exército e se aproveita de uma oposição “fraca”- em parte pela sua tibieza, em parte pela dificuldade para atos de ruas neste momento.

(...)

Em meio à pandemia, afastou o ministro da Saúde, Mandetta.

Agora, afastou o ex-juiz Moro do Ministério da Justiça, o que não é pouco do ponto de vista político; não é apenas questão de ego, “filhos” ou candidaturas: Moro é uma conexão direta do Departamento de Justiça dos EUA no país.

Mas Moro, em 10 anos de Lava-Jato, puxou a destruição de setores da economia, perseguiu Lula e o PT e foi um dos responsáveis pela manipulação das eleições de 2018.

(...)

A cúpula militar, por ora, acompanha Bolsonaro e, comprometida com seu Governo, assume cada vez mais espaço, apesar de algumas



contrariedades – Mourão fica à espreita de um eventual impeachment ou improvável renúncia.

(...)

Não organizou-se a tempo a compra de EPIs, de máscaras, testes em massa e respiradores. Para tanto, seria preciso repassar mais verbas ao SUS e recorrer à requisição privada além da reconversão industrial para equipamentos de saúde.

É terrível a situação defensiva dos trabalhadores nas empresas: com muitas demissões, e a dura redução de salário e jornada (MPs 927 e 936) conforme a conveniência patronal; já passam de 3,5 milhões os ‘acordos’ deste tipo.

(...)

São heroicos os trabalhadores da saúde e afins (cemitérios, ambulâncias, segurança etc.), cuja resistência, no Brasil e no mundo, anuncia a esperança de uma vida organizada para toda a sociedade, no bojo da luta que crescerá depois da pandemia, se não explodir antes.

(...)

Como expressão da resistência social, entidades populares lançaram uma oportuna plataforma de medidas de emergência sanitárias e econômicas que é preciso divulgar e popularizar.

Mas quem vai aplicá-las, e quem vai pagar a conta?

(...)

A pressão social fez o general Braga Neto anunciar um plano de obras (Pró-Brasil), sem designar de forma clara verbas suficientes para uma retomada geral. Para isso teria que mexer no mercado, a começar por alocar nossas Reservas.

Mas com esse governo não dá! Nem Bolsonaro, nem Mourão!

É muito positivo que a atual posição do DN-PT adote a luta para “por um ponto final no Governo Bolsonaro”,

integrando os recursos institucionais com o Fora Bolsonaro.

(...)

Sabemos que, sem povo na rua – influência da pandemia -, o mais fácil é a solução do “pacto das elites” pelo alto (com Mourão) nos dois palcos que existem: o STF (ações da PGR) e o Congresso (instauração de impeachment; CPLs contra Bolsonaro; outras PECs).

A independência do PT, nesta situação, deve ser preservada e traduzida na cautela para não ser usado num arranjo das elites, mas com a determinação de abrir uma saída política para a nação com o fim deste governo.

(...)

A perspectiva do fim deste governo antes de 2022 traz ao debate, no horizonte da atuação do PT e de sua militância, a necessidade da urgente reforma do Estado para estabelecer a justiça social e a soberania nacional:

- ★ Revogação de todas medidas de Temer e Bolsonaro
- ★ Renegociação das dívidas
- ★ Verbas públicas apenas para o SUS, a educação pública e o serviço público
- ★ Reestatização de empresas
- ★ Reforma do judiciário
- ★ Reforma da mídia
- ★ Reforma militar
- ★ Reforma agrária

Este é o debate que traz de volta à cena a luta pela convocação das eleições para uma Constituinte Soberana na qual estas demandas sejam atendidas, com um novo governo e uma nova política.

O que começa, agora, imediatamente, na luta pelo restabelecimento dos direitos políticos para Lula - Anula STF!

(...)

Sobre essas bases, o DAP

recomenda a seus aderentes e amigos a acelerar a retomada das reuniões dos grupos de base para discutir e agir com os petistas nesta situação.

26 de abril de 2020

Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista

INTERNACIONALISMO ATIVO

No dia 30 de março, Louisa Hanoune e Dominique Canut, co-coordenadores do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos-AcIT, escreveram uma carta convidando os participantes do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI) a manterem o contato nessa situação de crise global e pandemia. Dizia a carta: “Necessitamos conhecer e dar a conhecer as condições em que cada um de nós combate para restabelecer uma visão global desta resistência e desmascarar o modo como o imperialismo e seus agentes utilizam a pandemia para servir aos objetivos escravistas do capital financeiro em plena crise de decomposição.”

Muitas organizações de todos os continentes responderam positivamente à proposta. Em sua resposta, Luiz Eduardo Greenhalgh e Júlio Turra, representantes do Diálogo e Ação Petista junto ao CILI, informaram sobre a situação no Brasil, onde “a crise econômica, que já vinha de antes(...), somou-se à pandemia e também a uma crise política e institucional, devida às atitudes tomadas pelo presidente Jair Bolsonaro, caricaturando posições similares de Donald Trump e as levando ao extremo de incentivar a população a romper quarentenas impostas por governadores e prefeitos”.

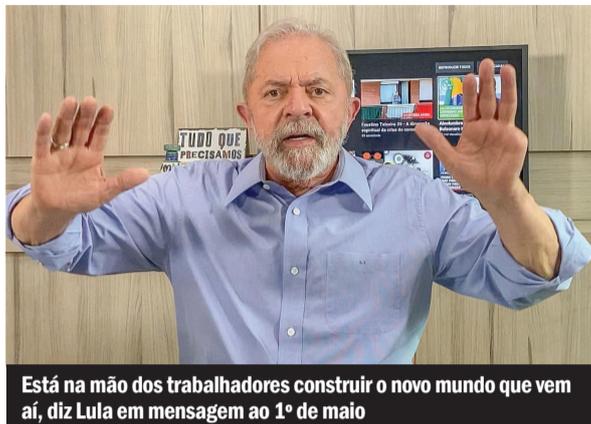
Turra e Greenhalgh relatam que a situação “levou organizações sindicais como a CUT, organizações populares e agora também o PT, a colocar na ordem do dia a luta pelo fim do governo Bolsonaro, abraçando o grito que vem das varandas e janelas de edifícios, a cada pronunciamento do presidente, de ‘Fora Bolsonaro!’”

VENEZUELA

O Comitê Nacional do DAP respondeu afirmativamente ao apelo dos companheiros venezuelanos, aderentes do CILI, no sentido de uma campanha internacional de solidariedade ao povo daquele país, pelo “fim dos ataques de Trump contra a soberania da Venezuela, fim imediato das operações militares! Fim dos bloqueios e sanções e do cerco econômico.”

Lições de um 1º de Maio marcado pelo Fora Bolsonaro!

Presença de penetras inimigos da classe, como FHC, empana evento virtual



Veja governador Eduardo Leite (PSDB-RS) e ainda ousou atacar a CUT, atribuindo a "exclusão" aos seus "radicais de esquerda" (FSP, 02/05).

Grande alcance, baixo conteúdo de classe

O 1º de Maio das centrais foi acompanhado por milhões em todo o país, intercalando intervenções culturais e mensagens

políticas.

A mensagem que esteve à altura do momento crucial que a humanidade atravessa foi a de Lula (ver Box). Dilma fez uma fala contundente e terminou com "Fora Bolsonaro".

Já o mais ilustre penetra do evento, FHC, disse que "não é hora de nos desunirmos", justo ele, que como presidente atacou os direitos trabalhistas e privatizou o que pode, apoiando depois o golpe contra Dilma e a prisão de Lula!

A fala das centrais sindicais foi, em geral, muito fraca. Neto (CSB) pregou acabar com a divisão entre "vermelhos e laranjas" (!?); Calixto (Nova Central) deixou nas mãos de Deus salvar o país; Patah (UGT) propôs união contra o "inimigo que é o vírus"; Bira (CGTB) falou em "frente ampla pela democracia" e Miguel Torres (Força) em "diálogo social com governadores e prefeitos", pedindo a Bolsonaro que renunciasse.

O "Fora Bolsonaro" - que acabou marcando o 1º de Maio - apareceu ao final das falas de Sérgio Nobre (CUT), Adilson de Araújo (CTB) e Índio (Intersindical).

Chega de conciliação com os pelegos!

Um balanço se impõe. É preciso romper com a política de "unidade a qualquer preço" com as centrais sindicais pelegas, a qual rebaixa a pauta da classe trabalhadora, subordina a CUT a acordos de cúpula feitos no "Fórum das Centrais" e afasta verdadeiros aliados.

A unidade de ação é necessária em questões de defesa da classe contra os patrões e governos. Mas não há unidade programática entre as centrais sindicais - como se viu neste 1º de Maio - que justifique um fórum

permanente entre elas, ainda mais com a pretensão de "dirigir" o conjunto do movimento sindical.

Foi a CUT que garantiu toda a logística do 1º de Maio virtual, graças ao trabalho incansável de seus dirigentes e funcionários. A CUT não pode, portanto, acatar "ordens" vindas dos que insistiram em trazer inimigos da classe para o seu evento maior, sob pena dela deixar de ocupar o lugar que sempre teve de principal instrumento de luta da classe trabalhadora do Brasil.

Julio Turra

LULA: "A PANDEMIA DEIXOU O CAPITALISMO NU"

Abaixo trechos da mensagem de Lula ao 1º de Maio:

"A História nos ensina que grandes tragédias costumam ser parteiras de grandes transformações. O que nós esperamos é que o mundo que virá depois do coronavírus seja uma comunidade universal em que o homem e a mulher, em harmonia com a natureza, sejam o centro de tudo, e que a economia e a tecnologia estejam a serviço deles, e não o contrário, como aconteceu até hoje.

No mundo que eu espero, o coletivo haverá de triunfar sobre o individual, a solidariedade e a generosidade triunfarão sobre o lucro. Um mundo em que ninguém explore o trabalho de ninguém, um mundo em que se respeitem as diferenças entre um e outro, um mundo em que todos, absolutamente todos, disponham de ferramentas para se emancipar de qualquer tipo de dominação ou de controle.

A pandemia deixou o capitalismo nu. Foram necessários 300 mil cadáveres para a humanidade ver uma verdade que nós, trabalhadores, conhecemos desde o dia que nascemos. A tragédia do coronavírus expôs à luz do sol uma verdade inquestionável: o que sustenta o capitalismo não é o capital, somos nós, os trabalhadores.

É essa verdade, nossa velha conhecida, que está levando os principais jornais econômicos do mundo, as bíblias da elite mundial, a anunciarem que o capitalismo está com os dias contados. E está mesmo. Está moribundo. E está em nossas mãos, nas mãos dos trabalhadores, a tarefa de construir esse novo mundo que vem aí.

Estamos todos lutando para sair das trevas e fazer chegar, o mais depressa possível, o amanhecer da justiça social, da igualdade e da liberdade.

Viva o povo trabalhador. Viva o 1º de Maio."

PLP 39 arrocha servidores

Oscilações do PT no Senado e Câmara na votação da ajuda a estados e municípios

Na noite de 2 de maio, o Senado aprovou por 79 votos, num total de 81 senadores, o Projeto de Lei Complementar (PLP 39) que prevê ajuda financeira de R\$ 125 bilhões a estados e municípios em nome do combate ao Covid-19.

A medida, vista como necessária, torna-se inaceitável ao exigir, em seu artigo 8º, como condicionante para a liberação dos recursos, o congelamento de salários de servidores até 2021, além das progressões de carreiras, benefícios e concursos públicos, abrindo exceção apenas para as áreas de saúde, segurança pública e forças

armadas.

Após a bancada do PT ter votado a favor do PLP no Senado, a presidente do partido, Gleisi Hoffman, publicou uma nota afirmando que "o PT não apoia a retirada ou suspensão de direitos dos trabalhadores...Votaremos contra o artigo 8º na volta do projeto à Câmara dos Deputados!". O que não impediu a revolta dos servidores, expressa em notas de protesto de suas entidades, Condsef, Confetam e outras, além da CUT, que iniciaram pressão sobre os deputados para derrubarem o artigo 8º.

Votação tensa na Câmara, PLP volta ao Senado

Em 5 de maio ocorreu a votação na Câmara. O relator apresentou duas emendas ao que veio do Senado: incluir os trabalhadores da limpeza pública e da assistência social dentre as exceções ao congelamento e adiar as parcelas do INSS de março a dezembro para 2021. Ambas aprovadas.

O texto base foi colocado em votação e aprovado. A orientação do líder da bancada do PT foi de voto a favor. Mas 20 deputados petistas votaram contra, em função do artigo 8º estar

mantido.

Na votação de emendas ao texto base, de novo foi a voto a exclusão do artigo 8º, rejeitada por 333 a 143. Foi aprovada a emenda de Rosa Neide (PT-MT), excluindo os profissionais da Educação do congelamento de salários.

O PLP 39, modificado pela Câmara, voltou ao Senado dia 5. Foram aprovadas novas exclusões - como o serviço funerário - e, ao final, 70% dos servidores ficarão fora do arrocho.

João Batista Gomes

“Ficamos chocados com a truculência”

Em manifestação de protesto e por reivindicações, enfermeiras são agredidas por bolsonaristas

Em 1º de maio, num protesto organizado pelo Sindicato dos Enfermeiros do DF diante do Palácio do Planalto, esses trabalhadores que estão na linha de frente no combate à Covid-19 foram agredidos por bolsonaristas. Ouvimos Dayse Amarílio, presidente do sindicato.



O Trabalho – Qual era o objetivo do protesto?

Dayse Amarílio – Um grupo de enfermeiras nos procurou

com a imagem de enfermeiros em Denver (EUA) parando carros. Foi daí que veio a idéia de fazer um protesto silencioso, organizado, sem expor os profissionais e a própria população. No DF se anunciava um relaxamento do isolamento social por parte do governo Ibaneis. Por isso pensamos no dia 1º de maio, por ser uma questão

dos trabalhadores. Nosso objetivo era chamar atenção para as mortes que já ocorreram e os mais de seis mil profissionais de saúde já infectados. Hoje já são 70 profissionais de enfermagem mortos, dois no DF. A gente não tem um SUS preparado para essa atenção de nível terciário, como a epidemia necessita. Enfim, defender o isolamento social, homenagear nossos colegas que já morreram e levantar a questão da valorização da enfermagem, porque não temos piso salarial, nem 30 horas e aposentadoria especial.

OT – Como começou a agressão?

DA – Ficamos surpresos e chocados com a truculência com a qual fomos recebidos. Desde o momento que chegamos, começamos a ser hostilizados. Colocamos as cruzes, respeitamos o



1º de maio: em frente ao Palácio do Planalto ato das enfermeiras do Distrito Federal

espaço entre um e outro. E eles ofendendo, até que um mais exaltado chegou muito perto de uma enfermeira e começou a gritar. Ela começou a gravar e o agressor partiu para cima dela. A colega ao lado se colocou entre os dois. Tivemos que chamar a polícia que nos

escoltou até a saída. Aí apareceu um indivíduo com um jaleco, ao lado de uma senhora, mas não tinha nenhum médico em nosso protesto. Ficamos bastante chateados com a mentira veiculada de que tinha pessoas que não eram da enfermagem no protesto.

OT – O que pensam da agressão que sofreram?

DA – Ela não pode ficar impune. Algumas colegas foram empurradas, o agressor esbravejava de perto, além do assédio moral que doeu em toda a categoria. Colocamos o sindicato à

disposição e mais de 15 participantes dentre os 52 que lá estavam, fizeram boletim de ocorrência. Alguns vão entrar com ações civis individuais. O Sindicato, além de ação civil, também vai fazer uma ação de representação junto ao Ministério Público.

Jornalistas em luta contra cortes salariais

Categoria considerada essencial enfrenta a MP 936

Num domingo à noite, 140 jornalistas se reuniram online com o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Eles eram profissionais do Grupo Estado, na sua 5ª assembleia virtual sobre a proposta da empresa de reduzir salários e jornadas em 25%.

A mobilização no Estadão começou após a empresa, com os profissionais em tele-trabalho, mandar um aditivo de contrato para os jornalistas no início de abril, estabelecendo o não controle de ponto.

Os trabalhadores decidiram não assinar, o que forçou a empresa a uma negociação com o sindicato, inclusive quanto à redução salarial que a MP 936 autorizou ser imposta por “acordo” individual.

Nessa situação muito difícil, tal

negociação tinha limites e a empresa poderia abandoná-la a qualquer momento, voltando à pressão individual. Mas conseguiu-se um Acordo Coletivo de redução de jornada e salários em 25%, com uma garantia de emprego superior à definida na MP 936.

Outras redações

Em outras redações também houve luta. Na Editora Globo, jornalistas também fizeram assembleias virtuais com mais de 100 participantes de São Paulo, Rio e Brasília. A pressão, mesmo sem conseguir acordo coletivo, fez a empresa se comprometer com a manutenção do piso, do vale refeição e outros pontos.

O setor de jornais e revistas é, na capital paulista, o mais atingido pela

MP 936.

O sindicato patronal chegou a propor cortar em até 70% os salários (o que não pode ser feito sem acordo coletivo), o que foi recusado numa assembleia geral dos trabalhadores com mais de 350 presentes. Mas várias empresas aplicam a redução por imposição individual.

Desde o início da pandemia, aumentou a carga de trabalho dos jornalistas, muitos passaram a cumprir 12 horas ao invés das 7 horas legais, muitas vezes se expondo ao contágio ao cumprir pautas. A imprensa foi reconhecida como serviço essencial por decreto presidencial de Bolsonaro, o mesmo que, só em abril, atacou o jornalismo 38 vezes, segundo a Fenaj (federação dos jornalistas). Foi das redações que

surgiu a campanha “Jornalistas salvam vidas”, que afirma: “Informação segura é questão de vida ou morte”.

Priscilla Chandretti

CAMPANHA CONTRA O DESCASO DA EBC COM A COVID-19

Radialistas e jornalistas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) enfrentam o descaso da direção da estatal com a sua saúde. No Rio, onde funcionários já testaram positivo para Covid-19, o programa “Sem Censura” da TV Brasil segue sendo feito ao vivo, com equipe no estúdio.

O deputado federal Chico D’Ângelo (PDT-RJ), atendendo à comissão de trabalhadores da EBC, enviou um requerimento ao governo federal exigindo as medidas de proteção necessárias.

Está em curso uma campanha nacional, com apoio da CUT e vídeos de sindicalistas, lideranças de movimentos populares e artistas, exigindo o respeito à vida dos trabalhadores da EBC. Some-se a ela!

Metalúrgicos mantém empregos e salários

Em Pernambuco, acordo coletivo dribla a MP 936

Os metalúrgicos do Polo Jeep de Goiana, FCA Jaboaão e MMH de Cabo de Santo Agostinho obtiveram importante vitória para a categoria contra a MP 936. Em assembleia online o Sindmetal de Pernambuco aprovou um novo acordo coletivo que garante estabilidade no emprego até o final do ano e o pagamento integral dos salários durante a pandemia da

Covid19.

O presidente do sindicato, Henrique Gomes, destacou que “os trabalhadores saíram vitoriosos, a partir do momento que o sindicato conseguiu nas negociações algo muito melhor que a MP 936 do governo federal, que nos prejudica claramente. Entramos em contato com as empresas formalizando a preocupação do pagamento

da quinzena dos trabalhadores, já que a MP 936 não garante a obrigatoriedade desse adiantamento”. Henrique ainda destaca “a importância de se manter unidos nesse momento de crise foi fundamental para a garantia dos benefícios, empregos e renda para toda classe trabalhadora”

Correspondente

ÚLTIMA HORA

Bolsonaro, diante da iminência da MP 905, a da carteira verde-amarela, perder a sua validade, resolveu, em acordo com o presidente do Senado Alcolumbre, revogá-la e anunciar a reedição de seu conteúdo em outra MP, o que até agora não ocorreu.

Já a MP 936, que autoriza acordos individuais para reduzir salários (ver OT 864), está prevista para ser votada na Câmara em 7 de maio.

Covid-19: começa o colapso da saúde

Aumento acelerado de mortes e Bolsonaro debocha, “e daí?”

O início da temida fase de aceleração da Covid-19 nesse mês de maio, se dará de forma desigual no país, com colapsos e diferentes chances de sobreviver.

Centenas de pessoas já esperam na fila o tratamento e o leito em UTI. No final de abril, a taxa de ocupação dos leitos já passava de 90% (saturada) no Espírito Santo, Pará, Ceará, Amazonas, Pernambuco e Rio de Janeiro. A epidemia atingiu todos os grandes municípios e chega de forma mais acelerada aos municípios menores.

Evidências do colapso nos estados

O Ceará, semana passada, anunciou a abertura de 22 mil covas em cemitério público. No Amazonas, cenas chocantes de enterros coletivos e óbitos em casa por falta de atendimento. Em Pernambuco, 126 doentes graves aguardam os leitos. No Rio de Janeiro, em 30 de abril, mais de 1000 pessoas esperavam leitos, com 369 graves. Entidades médicas e o estado do Rio já preparam um "Protocolo" para definir critérios a quem será destinado os recursos, escolhendo quem vive e quem morre.

E enquanto pessoas morrem na fila de espera, existem setores e leitos vazios no sistema privado! Uma campanha, "Leito para Todos", requisita que a fila para leito de UTI seja única, pois a população que usa exclusivamente o SUS tem acesso a 4 vezes menos leitos per capita disponíveis.



A diferença de recursos também é maior comparando estados, municípios (grandes e pequenos) e os bairros (ricos e os da periferia).

Estudo da Fiocruz analisando os leitos de UTI (não disponíveis na maioria dos municípios) demonstra que há uma concentração do recurso nas regiões Sul e Sudeste, com taxas entre 1 e 5 leitos de UTI por 10 mil habitantes, maior ainda na saúde privada (10 leitos de UTI por 10 mil habitantes). Regiões com população inferior a 20 mil habitantes não têm leitos de UTI. Nos contingentes populacionais de até 100 mil habitantes, pelo menos 50% também não possui leitos de UTI.

Levantamento da Rede Nossa São Paulo revela a falta de leitos de UTI

na periferia. Apenas três distritos – Sé, Vila Mariana e Pinheiros – concentram 60% dos leitos de UTI da cidade. Outros sete distritos não possuem nenhum leito de UTI, mesmo com 20% da população da cidade (2,3 milhões de pessoas).

Aceleraram-se as mortes

As mortes provocadas por Covid-19 têm dobrado num intervalo de cinco dias no Brasil, segundo Fiocruz. Nos Estados Unidos e no Equador, países com taxas altas de disseminação da epidemia, o intervalo é de seis dias. Na Espanha e na Itália é de oito dias.

E os óbitos não acontecerão da mesma forma em todas regiões, cidades e bairros. No Pará e Amazonas, dobram a cada seis dias, Rio de

Janeiro, a cada sete, e em São Paulo, a cada oito dias.

Os dados das mortes na capital paulista refletem a disparidade da disponibilidade de recursos e atenção à saúde: embora a pandemia tenha se iniciado nos bairros ricos, na terceira semana de abril houve um aumento de 45% nas mortes ocorridas nos 20 distritos mais pobres do município. Já nos 20 distritos mais ricos, o aumento foi de 36%. A média na cidade foi de 38%.

O governo diz: "E Daí?"

Ex-ministro da Saúde no governo Dilma, Arthur Chioro alertou que a crise epidemiológica brasileira está se agravando por conta da irresponsabilidade de Bolsonaro. O ex-ministro condenou também o governo por não promover testes amplos quando era possível, no início da pandemia, o que deixa o país sem dados precisos. "A subnotificação mascara a realidade: o número de contagiados é muito maior do que os dados oficiais, com a taxa de mortalidade atingindo 7%", advertiu Chioro.

E Bolsonaro, atuando como vírus, em meio ao colapso de vários municípios e estados, promove aglomerações, fomentando mortes, sobre as quais debocha: "E daí? Sou Messias, mas não faço milagre".

Juliana Salles

Como financiar o combate a crise e pandemia?

Investimento público, controle de capital e fim do governo: condições para salvar o país

Para reverter a recessão em que o país entrou, o governo teria de investir nos setores estratégicos para evitar o colapso das cadeias produtivas, e compensar a queda dos salários dos trabalhadores. O setor privado, que não investia ali antes, não investirá agora. Mais do que nunca, o governo precisará reconstituir os ramos industriais, recorrer a reconversões e a aquisições privadas, além de controlar preços.

Mas este governo desmontou seus instrumentos. Levou o investimento público federal ao mais baixo nível histórico (0,3% do PIB). A sua Lei da Liberdade Econômica de 2019 revogou tanto a Lei Delegada de 1962 (copiada de uma lei dos EUA) - que permitia ao estado intervir em empresas privadas, direcionando produção e distribuição em situações extremas - quanto o mecanismo de

estabilização de preços do Fundo Soberano do petróleo.

Agora, em sua escalada bonapartista, fingindo jogar para todos os lados, Bolsonaro incentivou a iniciativa dos ministros militares Braga Netto (Casa Civil) e Tarcísio Freitas (Infraestrutura) chamada de Plano Pro-Brasil. Ele sugere uma suplementação pífia de R\$ 6 bi a programas já existentes de obras públicas nos próximos três anos, que totalizariam R\$10 bi ao ano (0,1% do PIB). E pressupõe que a iniciativa privada completaria outros R\$ 250 bi, assumindo concessões. Mas o setor privado mal o fez na época de Dilma, frustrando seu PAC, fará menos ainda na grande crise atual.

O ministro Guedes não gostou nem de ouvir falar. A merreca também não foi bem aceita pelo "mercado", que exige o cumprimento do teto de

gastos da EC-95, podendo chocar-se com o Pró-Brasil. Querem evitar elevação da dívida pública e, por isso, procuram limitar aumentos no déficit primário - que deve disparar este ano de 1,2% para cerca de 7% do PIB, na verdade, menos devido aos gastos e mais pela queda da arrecadação.

Os investimentos públicos teriam de ser duradouros e muito maiores. E pode-se, sim, financiá-los: num primeiro momento, com emissão massiva de moeda pelo BC (e utilização da rentabilidade cambial, a Conta de Equalização Cambial). A emissão não pressionará inflação em meio à recessão, nem elevará a dívida pública. Pode-se ainda emitir títulos e elevar a dívida, a qual se reduziria depois com a elevação de receita tributária derivada da retomada.

Mas estes dispositivos são limitados

pela livre mobilidade de capitais. Com mais moeda e juros menores, os bancos e especuladores vão logo recusar a compra de títulos públicos, levando seus investimentos para fora, numa fuga de capitais. Esta, aliás, começou mundo a fora, e já fez o Brasil torrar quase US\$ 30 bi de reservas no BC este ano. As reservas de 340 bilhões de dólares (quase R\$ 1,5 trilhões!) são necessárias para garantir importações e compromissos externos (ainda mais com a queda atual das exportações).

Por isso, uma medida preliminar é reestabelecer o controle de capitais e a centralização cambial para impedir a fuga especulativa de dólares, garantir o financiamento da economia e, proteger as reservas que podem ajudar a financiar investimentos produtivos.

Alberto Handfas

“Quem manda sou eu, a Constituição sou eu”

Numa escalada acelerada Bolsonaro, incentiva hostes fascistas



Bolsonaro e Moro, "torpeza bilateral", termo que caracteriza briga de quadrilha de dois bandidos

De crise em crise, Bolsonaro avança no seu método de governo para instalar-se como um Bonaparte no trono do palácio, arvorando-se a encarnação da Constituição, “o dono exclusivo da bola”, mandando jornalistas calarem a boca, etc.

A demissão de Moro, a pretensa salvaguarda

moral do governo – na verdade a conexão direta com o Departamento de Justiça dos EUA - foi mais um capítulo. Como diz o Diálogo e Ação Petista (ver pag. 5), “No caso, há a ‘torpeza bilateral’ que caracteriza a briga de quadrilha de dois bandidos. Moro em 10 anos de Lava-Jato puxou a destruição de setores da economia, perseguiu Lula e o PT e de certo modo, foi o responsável pela manipulação das eleições de 2018”. Com sua demissão e a “briga” entre

os dois, a gangue bolsonarista radicaliza e dá cada vez mais sinais de estarem se organizando como hostes fascistas (como o acampamento dos 300 de Brasília).

Enquanto isso, o serviço começado por Moro na Lava Jato prossegue nos julgamentos de Lula do PT, a pedra no caminho das elites alarmadas com o temor de um julgamento social, onde os trabalhadores tenham no que se apoiar. Assuntos que tratamos abaixo.

No meio da crise, voltam os julgamentos de Lula

Tribunais marcam votações virtuais de recursos apresentados pela defesa

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) remarcou para 5 de maio o julgamento virtual de recurso da defesa de Lula contra a condenação no caso do tríplice (em 7 de maio ainda não se conhece o resultado).

Num momento de pandemia, a crise política se aprofunda com a demissão de Moro do governo, e o podre Poder Judiciário saca a velha jogada de jogar holofotes sobre o ex-presidente. Moro foi o juiz que condenou Lula, tirando-o da eleição presidencial, para abrir caminho a Bolsonaro.

Mas não havia sido respeitado o regulamento institucional, porque o recurso foi colocado em pauta na madrugada de 22 de abril, com início imediato de recebimento dos

votos. Regimentalmente, a votação só deveria começar cinco dias úteis após ser pautada, dia 28. Nesse período, a defesa poderia se manifestar, inclusive se opor ao julgamento virtual. A manobra foi tão descarada que o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu a defesa e determinou o respeito aos prazos processuais e o STF fixou nova data. Cristiano Zanin, advogado de Lula, reivindica direito de falar.

Não é o único julgamento em curso. Ao apreciar recurso sobre o processo do sítio de Atibaia, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), segunda instância dos processos da Lava Jato, manteve em 6 de maio a condenação de Lula.

O TRF4 negou pedido da defesa

para o julgamento não ocorrer agora, durante a pandemia. Segundo Zanin, a sua complexidade “recomenda julgamento presencial e com a possibilidade de intervenção da nossa parte para prestar esclarecimentos” (G1, 17/4). Depois que Bolsonaro admitiu ter a promessa de indicar Moro ao STF, o advogado voltou a pedir a suspensão, até que o STF julgue a suspeição de Moro. O TRF4 não concedeu e manteve Lula condenado.

Anulação dos julgamentos

Em reunião virtual no dia 25 de abril, o Comitê Nacional Lula Livre reafirmou a campanha para que o STF anule todos os julgamentos. Em 2018, a defesa apresentou habeas corpus ao STF para que seja

reconhecida a suspeição de Moro, antes mesmo que viessem a público as matérias da série #VazaJato, que divulgaram as suas conversas com os procuradores responsáveis pela acusação, combinando estratégias para condenar Lula.

Na reunião do Comitê, Zanin reconheceu que há “uma série de resistências ao julgamento desse habeas corpus”, porque, caso acolhido, “terá o significado de levar à nulidade de todos os processos que foram conduzidos ou julgados pelo ex-juiz Sergio Moro”. Lula teria, assim, seus direitos políticos restabelecidos.

A campanha Anula STF, adaptada à atual situação de isolamento social, deve prosseguir.

Cláudio Soares

A elite alarmada pelo seu julgamento social

Itaú e Globo temem pelo seu pescoço

Num inabitual artigo de opinião, Candido Bracher, presidente do Itaú, o maior e mais articulado grupo financeiro da América Latina, diz:

“Podemos não ter um Churchill para nos liderar nesta pandemia, mas isso não impede que, enquanto sociedade e, especialmente, enquanto elite, venhamos a ser julgados no futuro pela maneira como nos comportamos nesta crise. (...) Vivemos um momento excepcional (...) A situação exige nossa união! Devemos estar à altura do momento, pôr a concorrência de quarentena e agir em conjunto. (...) A cultura de doação no Brasil é muito pouco desenvolvida e esta é uma oportunidade de a cultivarmos. (...) A questão da filantropia é um aspecto de nossa cultura que a

emergência da crise nos leva a questionar. A distribuição da riqueza, as condições de vida dos mais humildes e a conservação do planeta, clamam por mudança (...) não podemos tolerar que pessoas vivam no estado de vulnerabilidade. (...) Tampouco podemos calar (...). O coronavírus expõe a nossa desigualdade social em níveis de crueldade, que podem corroer o tecido social. A crise nos chama a cuidar da nossa casa. Temos em nós, em nossa sociedade e em nossas instituições, os recursos necessários para responder à altura ao enorme desafio” (O Estado de S. Paulo, 24/04).

“Exposição da desigualdade”

O objetivo do Itaú, aqui, não é fazer propaganda da sua doação de

R\$ 1 bilhão (pequena e para uma fundação), nem ironizar o nosso Churchill, que se pretende um Duce, como Mussolini.

O objetivo é soar o alarme da união dos seus pares para suspender a “concorrência” (como numa economia de guerra), devido ao medo de que a “exposição (!) da desigualdade corra o tecido social” e, daí, venha o “julgamento da elite”.

Na linguagem aveludada dos banqueiros, se entende aí uma referência à revolução expropriadora que ele não ousa nominar.

O que se liga a um provável jogo combinado com a Rede Globo.

Há três semanas, o Jornal Nacional inaugurou com matéria sobre a doação do Itaú, uma sessão diária de exaltação dos filantropos privados na

pandemia. O JN começa com o horror dos hospitais e cemitérios, passa por alguma nota neutra ou às vezes crítica do governo, mas termina invariavelmente com os anjos privados!

Tudo de bom dentro das “nossas instituições”. Esqueçamos que em São Paulo o número casos de Covid 19 é maior no Morumbi da elite, e o número de mortos é muito maior na Brasilândia do povão. Esqueçamos...

Na verdade, eles temem pelo seu pescoço, e sabem que uma revolta se prepara por baixo da pandemia e da crise. E, daí, tiram as suas conclusões de precaução - uma delas é sobre o que vai à “exposição” pública.

Eles tentam desviar a atenção do distinto público, mas não vão conter a roda da história.

Markus Sokol

Trabalhadores rejeitam a reabertura das escolas na França

Cresce a indignação e revolta contra o governo

No dia 13 de abril, o presidente da França, Emmanuel Macron, manifestou-se pela "volta ao trabalho do maior número possível de trabalhadores visando a recolocar em marcha nossa indústria, nosso comércio e nossos serviços".

Por essa razão, ele marcou para 11 de maio a reabertura das escolas, contrariando sua própria declaração de 16 de março, quando justificou o fechamento para "proteger as crianças e jovens e diminuir os riscos de contaminação".

O "presidente dos ricos", como o chamam os franceses, está fazendo a vontade dos grandes empresários.

Tentando antecipar-se às críticas pela sabida falta de testes para os alunos e trabalhadores da educação, ele se saiu com esta: "não tem nenhum sentido testar toda a população".

O governo mente, engana, manipula

Desde o início da pandemia, o governo mente sobre a chegada de testes e máscaras, divulga dados impossíveis de serem verificados, multiplica decretos para controlar a população e desmantelar direitos

trabalhistas.

Poderes exorbitantes são dados à polícia e às prefeituras, bilhões são destinados aos banqueiros e empresários enquanto os trabalhadores recebem apenas esmolas e o pessoal da saúde sofre com falta de efetivos e de EPIs.

A raiva que já vinha se acumulando se concentrou contra a volta às aulas. Em poucos dias, dezenas de manifestos e petições foram adotados por pais de alunos e trabalhadores da educação.

A maioria da população deseja sair da quarentena, mas todos rejeitam a abertura das escolas, pois sabem da incapacidade do governo de garantir a segurança sanitária.

Professores se preocupam com os prejuízos ao ano letivo, mas se recusam a colocar em risco a saúde das crianças e jovens e dos próprios trabalhadores das escolas. E dizem: "dar aulas não é ser babá das crianças para que os patrões tenham seus trabalhadores de volta".

O que muitos professores fizeram foi, se voluntariar no intuito de cuidar dos filhos dos servidores da

saúde, para que pudessem continuar seu trabalho essencial.

Devido à reação popular, o governo adiou para 18 de maio a volta do ensino fundamental e para junho a do ensino médio. A educação básica voltaria a partir do dia 11 de maio, dependendo da região. Mas o governo também decretou que, a partir de 1º de maio, os trabalhadores os quais estavam em quarentena cuidando dos filhos menores terão que voltar ao trabalho sob pena de terem descontos no salário!

A confusão pode aumentar ainda mais, pois, a pretexto de encontrar solução para o problema sanitário, fala-se em dividir as turmas pela metade e alternar a presença dos alunos na escola.

E, como querem os patrões, as fábricas poderão reabrir a partir de 11 de maio.

Determinados a enfrentar o governo

Em Paris, os sindicatos dos trabalhadores nos transportes denunciam que a volta às aulas atende exclusivamente aos interesses dos patrões e aumentará enormemente os riscos

de contaminação.

Os ferroviários, metroviários e condutores de ônibus já hoje não dispõem de materiais básicos como máscaras, luvas e gel. As empresas confessam que, por falta de meios materiais e de pessoal, não conseguirão exercer a necessária fiscalização para garantir o distanciamento social e o uso de máscaras pelos usuários nas estações, nas composições e nos ônibus.

Prefeitos de cidades como Cannes, Montpellier, Maisons-Alfort, entre outras, declararam desobediência à determinação presidencial e não reabrirão as escolas.

Sindicatos multiplicam reuniões e assembleias – ainda que virtuais – para discutir a situação, reivindicar o respeito aos direitos trabalhistas e adotar medidas de mobilização, inclusive chamados à greve, para fazer o governo recuar.

Todos exigem uma coisa simples: se não há proteção para todos, se não há máscaras, se não há testes, então não haverá volta às aulas!

Correspondente

Maquiladoras no México ignoram pandemia

Trabalhadores lutam contra descaso com suas vidas

As 919 empresas maquiladoras localizadas ao norte do México, nas cidades de Tijuana e Mexicali (perto da fronteira com os EUA), empregam cerca de 400 mil trabalhadores, na maioria com uma jornada de trabalho de dez ou mais horas, sob o pretexto de que os operários descansam nos finais de semana.

Quando começou a pandemia, não ficou claro o que ocorreria com eles - se seriam ou não fechadas as empresas.

No final de março, uma maquiladora demitiu os operários. Eles, então, iniciaram protesto e conseguiram reverter as demissões. No entanto, a empresa impôs diminuição salarial. Quando os trabalhadores exigiram o pagamento completo, o representante da empresa perguntou: "onde a lei diz isso?"

Na semana seguinte começaram as paralisações e protestos em dezenas de maquiladoras por não proporcionarem proteção, por não enviarem os trabalhadores a suas casas. Trabalhadores que chamaram paralisação de algumas empresas foram despedidos.

Uma das últimas empresas a

encerrar suas atividades foi a Skyworks, que emprega 5.500 pessoas. Ficou funcionando, com o acordo das autoridades, até o dia 14 de abril, quando o decreto de emergência sanitária no México, decretado em 31 de março, determinava a paralisação das atividades não essenciais. As maquiladoras não cumpriram.

Com protestos, algumas empresas paralisam

Diante da negativa das empresas de cumprir com o decreto de emergência sanitária, os trabalhadores se viram obrigados a realizar protestos em mais de 30 fábricas e comércios. Somente em Mexicali, 20 delas foram fechadas. Outras quinze continuam

com sua negativa - são empresas que produzem partes de avião, insumos de papelaria, circuitos eletrônicos, entre outras atividades não essenciais. Com essa atitude, colocam em risco a vida dos trabalhadores.

A empresa Skyworks, por exemplo, que fabrica microcircuitos em Mexicali, com mais de 5.500 empregados, se negava a suspender suas atividades, apesar de haver trabalhadores com exame positivo para Covid-19. O protesto dos trabalhadores obrigou que servidores da Secretaria do Trabalho ordenassem o fechamento da planta.

Outro caso foi a maquiladora Smith Healthcare em Tijuana, que fabrica insumos medicinais, entre

eles os tão necessários respiradores. A empresa se negou a vender parte de seus produtos ao governo do estado argumentando que sua produção era para os EUA e somente estavam no México para "fazer o favor de gerar empregos".

Os trabalhadores acrescentam que essas companhias não contam com as medidas de "distância saudável" recomendadas pela Secretaria de Saúde.

Tijuana e Mexicali são as cidades com mais pessoas já testadas positivamente. Até 17 de abril, eram 538 contaminados e 65 mortes, pelo menos a metade sendo trabalhadores das maquiladoras.

Correspondente



1º DE MAIO
Lisboa-
Portugal, e
Atenas-Grécia,
trabalhadores
se manifestam
respeitando o
distanciamento
social.

Declaração latino-americana sobre o 1º de Maio

Independência de classe e defesa da soberania nacional contra o imperialismo

Em 1º de maio, foi divulgada uma declaração de sindicalistas e militantes da América Latina que participam do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio promovido pelo Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT). Intitulada “1º de Maio classista e de luta diante da crise do sistema e a pandemia”, dela publicamos os trechos abaixo (ver a íntegra em www.petista.org.br):

“A pandemia do COVID-19 acelerou todos os aspectos destrutivos do sistema capitalista mundial que já vinham de antes, desnudando a incapacidade do imperialismo – o capitalismo de nossa época – de proteger os trabalhadores e povos de um vírus.

Situação agravada ainda mais na América Latina, submetida ao jugo do imperialismo, em particular dos EUA, e sua política de pilhagem de nossos recursos naturais, de agressão à soberania de nossas nações, atropelando o direito à autodeterminação

dos povos.

Em plena pandemia, o governo de Donald Trump intensifica as ameaças de ingerência e intervenção militar contra a Venezuela, que já sofria embargos, bloqueios econômicos e sanções, os quais agora são reforçados com um bloqueio naval de sua costa caribenha para impedir a chegada de todo tipo de importações, inclusive de medicamentos.

Se a pandemia é algo acidental, todas essas terríveis consequências para a humanidade e a classe trabalhadora foram preparadas sistematicamente pela destruição dos serviços de Saúde Pública, as privatizações, o pagamento da Dívida Externa - que não é dos povos -, a submissão dos governos ao imperialismo, sistema apodrecido que empurra a humanidade à catástrofe.

Por isso mesmo, é necessário resgatar o conteúdo histórico do 1º de Maio, defendendo os interesses de nossa classe CONTRA o capital e os governos que o protegem, CONTRA a política do imperialismo e em defesa

da autodeterminação dos povos.

Guayaquil antecipa o que pode ocorrer

Na América Latina, as ruas abarrotadas de cadáveres de Guayaquil antecipam o que pode ocorrer em outros países, onde governos que se submetem ao imperialismo minimizam a crise sanitária e não colocam todos os recursos da nação a serviço da defesa da vida de seus povos.

Em todos os países é nosso dever afirmar neste 1º de Maio que os trabalhadores não aceitam pagar com seus empregos, salários e direitos a crise atual, que recusamos a ‘união’ com o capital e o imperialismo, que a indignação que existe em nossos povos, que se manifestava fortemente em vários pontos do mundo antes da irrupção do COVID-19, vai reencontrar o caminho da luta que terminará com este sistema apodrecido. “

Argentina: Dora Alicia Martínez, secretária geral adjunta da CIA-Autônoma ; **Brasil:** João B. Gomes e Marize Carvalho da executiva da

CUT, Edison Cardoni da CONDSEF, Julio Turra, da coordenação do AcIT; **Chile:** Luis Mesina, secretário geral da Confederação Bancária; **Equador:** Vicente Olmedo, militante de Guayaquil; **Guadalupe:** Rudy Salibur, Travayé é Péyizan; **Haiti:** Dominique St-Eloi, Central Nacional dos Operários Haitianos (CNOHA); **Martinica:** Jacqueline Petitot, Aliança Operária e Camponesa (AOP); **México:** Daniel Hernández del Ángel, Movimento Magistério Popular de Vera Cruz, Francisco Javier Ávila Esparza, Sindicato Único do Colégio de Bacharéis do Estado de Jalisco, Luis Vázquez e Humberto Brizuela do Comitê de Diálogo de trabalhadores; **Peru:** Gerónimo Lopez Sevillano, secretário geral da CGTP e Erwin Salazar Vasquez da CGTP-Lambayeque; **Venezuela:** Raúl Ordoñez, Federação de sindicatos das empresas hidrológicas e deputado constituinte, Nelson Herrera, Sindicato de Trabalhadores do Ministério de Habitação e deputado constituinte, Alberto Salcedo, Coletivo Trabalho e Juventude.

Plano de ajuste destruiu a Saúde no Equador

Em plena pandemia, o Estado paga 325 milhões de dólares por títulos vendidos a Wall Street

Necrotérios transbordando, dezenas de mortos nas calçadas, corpos nas casas de centenas de famílias, cadáveres de parentes em decomposição. É o horror que reina.

Em um gesto de “caridade”, a prefeita de Guayaquil doou caixões de papelão. Isso mostra a crueldade dos “cristãos sociais” que governam Guayaquil há mais de vinte anos, fazendo com que a população perdesse tudo, até o direito de morrer com dignidade!

As autoridades se tornaram uma máquina de mentiras. Prometeram dois milhões de testes, mas só fizeram 40 mil. Em 16 de abril, a ministra do Interior falou de 403 vítimas confirmadas e 632 prováveis. No mesmo dia, o site eluniverso.com, que havia escondido os números, teve de revelar a morte de 14.561 na província.

O presidente, Lenin Moreno, reduziu drasticamente o orçamento da saúde para 2019 e 2020. Afastou 12 mil profissionais e expulsou a brigada médica cubana em 2019. O sistema de saúde está em ruínas. Há falta de máscaras, de luvas, de medicamentos e equipamentos

adequados para todos os funcionários, que fazem tudo para salvar vidas. Mais de mil funcionários de hospitais foram infectados.

Exigências do FMI, mais mortais que a Covid-19

Em plena pandemia, o ministro das Finanças anunciou ter pago 325 milhões de dólares por títulos vendidos a Wall Street. Lenin Moreno pediu e obteve do FMI, em 2019, um empréstimo de 4,1 bilhões de dólares mais 6 bilhões de outras instituições financeiras. O plano de ajuste que condiciona o empréstimo implica o fim dos subsídios ao preço dos combustíveis, o incentivo às demissões, a eliminação de 12 mil cargos vagos de funcionários públicos, etc.

O governo aproveita a pandemia para destruir seus direitos dos trabalhadores e beneficiar as empresas.

Há milhares de demissões, sem que ele intervenha. O governo solicita à Assembleia Nacional a adoção de um dispositivo de contratação, por tempo limitado, sob um novo “contrato de urgência”.

Ele cria uma conta de “assistência humanitária”, alimentada por

uma dedução mensal progressiva sobre o salário dos trabalhadores que ganham mais de 500 dólares por mês (a renda média mensal é 480 dólares), durante nove meses, e por uma contribuição das empresas que ganham mais de um milhão de dólares, mas que será restituída sob a forma de crédito de imposto.

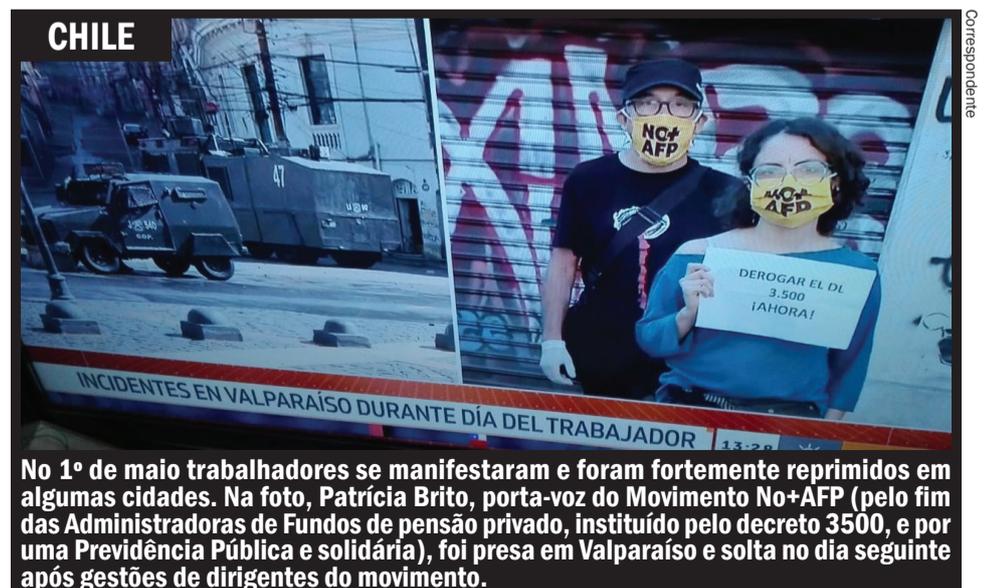
São 855 milhões de dólares de exonerações fiscais e de perdão de dívidas às empresas e às grandes fortunas, que faltam na luta contra

o vírus e o drama vivenciado pelos mais vulneráveis.

O Equador dispõe de recursos para lutar contra esta pandemia. Uma condição essencial se impõe: a anulação da dívida do país.

Em outubro de 2019, o povo equatoriano não se levantou contra o aumento do preço dos combustíveis, inscrito no plano imposto pelo FMI?

26 de abril de 2020.
Rosario Borja e Samy Hay



No 1º de maio trabalhadores se manifestaram e foram fortemente reprimidos em algumas cidades. Na foto, Patrícia Brito, porta-voz do Movimento No+AFP (pelo fim das Administradoras de Fundos de pensão privado, instituído pelo decreto 3500, e por uma Previdência Pública e solidária), foi presa em Valparaíso e solta no dia seguinte após gestões de dirigentes do movimento.

Agressão de mercenários é neutralizada na Venezuela

Financiados pelos EUA e vindos da Colômbia, invasores foram detidos



Gordan Goudreau (centro) participou das guerras no Afeganistão e Iraque, sendo condecorado por seu desempenho, cooperou com a tentativa de invasão da Venezuela.

O governo da Venezuela neutralizou a operação mercenária ocorrida na madrugada do domingo 3 de maio. Lanchas procedentes da Colômbia tentaram entrar no país pela costa de La Guaira, zona marítima mais próxima de Caracas. Oito invasores foram mortos e dois aprisionados - um deles é um reconhecido agente da DEA (departamento de combate ao narcotráfico) dos Estados Unidos.

Na segunda-feira, dia 4, ocorreu outro desembarque nas primeiras horas da manhã no povoado de Chuao, estado de Aráguá. Um grupo de oito mercenários a bordo de um barco foi capturado pelos pescadores locais. Entre os detidos, dois estadunidenses vinculados à empresa privada de mercenários Silvercorp, cujo proprietário, Jordan Goudreau, foi membro das forças especiais do Exército dos EUA.

Goudreau liderou equipes de segurança para o presidente Donald Trump e, em fevereiro de 2019, fez a segurança do concerto "Live Aid", organizado pelo multimilionário britânico Richard Branson, no lado colombiano da fronteira com a Venezuela, para arrecadar fundos de "ajuda humanitária", por ocasião da tentativa fracassada do autoproclamado Guaidó de entrar no país em caminhões com tal "ajuda".

Na península de La Guajira, compartilhada pelos dois países, existem, no lado colombiano, três campos de treinamento de desertores da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB), que são patrocinados pelo governo de Iván Duque. Foi dali que se planejou a última incursão com a participação de mercenários dos EUA e logística fornecida pelo governo Trump.

Nos Estados Unidos veio a público,

através da jornalista opositora Patricia Poleo, o contrato com a Silvercorp, com as assinaturas de Juan Guaidó, de J.J. Rendón (publicitário venezuelano, assessor do presidente da Colômbia) e Sérgio Vergara (deputado opositor), no montante de 212 milhões e 900 mil dólares.

Essa nova tentativa de agressão imperialista ocorre num momento de aumento da hiperinflação, que corrói os salários já debilitados, ataques à moeda nacional, bloqueio, sanções, escassez de gasolina, queda dos preços do petróleo no mercado mundial, tudo isso em meio ao combate à pandemia do coronavírus, com um país "paralisado" por uma necessária quarentena.

As pressões dos EUA vão continuar

Mike Pompeo, Secretário de Estado do governo Trump, afirmou ter dado instruções à sua equipe para planejar a reabertura da embaixada dos EUA em Caracas, já que a mudança de governo estaria próxima.

Elliot Abrams, assessor de Trump, declarou que o círculo de Maduro estava se reduzindo e que muitos tinham se aproximado para negociar o plano de transição proposto pelo Departamento de Estado.

O presidente Trump assinou uma ordem executiva em 30 de abril para ativar as unidades e membros da reserva para atuarem na operação antinarcóticos centrada no mar do Caribe.

A Venezuela se encontra em situação de assédio e agressão. Já em 20 de abril, havia sido frustrada uma tentativa de roubo de armas por parte de um grupo de militares num destacamento em Los Teques. Na ocasião, Diosdado Cabello, número dois do chavismo e presidente da Assembleia Constituinte, havia

afirmado que a tentativa de derrubar o governo Maduro não se deteria depois desse ocorrido: "que ninguém estranhe que a qualquer momento eles insistam".

Para muitos venezuelanos, Guaidó e seus cúmplices nessa mais recente ação terrorista devem ser presos, pois há suficientes provas de conspiração interna dessa oposição mantida pelo imperialismo em nosso país.

Para o imperialismo e a burguesia entreguista, nenhuma concessão econômica ou política será suficiente até que eles derrubem o governo de Maduro por qualquer via e esmaguem a resistência do povo

trabalhador.

Nesta hora gravíssima se faz ainda mais necessária a solidariedade internacional, tal como pediram membros venezuelanos do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI) aos coordenadores do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (ver abaixo), com uma campanha dirigida aos trabalhadores e suas organizações, à juventude e organizações populares de todos os continentes, para que derrotemos as pretensões do imperialismo contra a Venezuela.

Alberto Salcedo, de Maracaibo

CAMPANHA PELO FIM DAS AGRESSÕES À VENEZUELA

Em carta dirigida a Luísa Hanune (PT da Argélia) e Dominique Canut (POI França), co-coordenadores do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AclT), os companheiros Raúl Ordoñez e Nelson Herrera propuseram uma campanha em todos os países contra a agressão imperialista à Venezuela. Trechos abaixo:

"Diante da desumana e grave situação de bloqueios e sanções econômicas impostas pelo governo dos Estados Unidos, contra os povos da Venezuela, Cuba, Irã, Palestina e outros países; em meio aos esforços que se efetuam em todo o mundo para frear o avanço da Covid-19, o imperialismo estadunidense decidiu avançar na agressão e ingerência contra o governo do presidente Nicolás Maduro, realizando uma série de novos ataques e agressões contra nossa pátria.

Hoje, mais do que nunca, necessitamos do ponto de apoio que o CILI representa, para adotar iniciativas em resposta ao desenvolvimento da situação na Venezuela, em que as sanções, as ilegais medidas coercitivas, o cerco econômico, a intimidação com as operações militares na costa venezuelana, almejam o desmembramento de nosso país.

É por isso que propomos uma campanha de tomadas de posição ao CILI: Abaixo os ataques de Trump contra a soberania da Venezuela; Interrupção imediata de todas as operações militares; Supressão das sanções e do cerco econômico; os recursos das nações para combater a pandemia.

Fraternalmente,

Raúl Ordoñez, presidente da Federação de Sindicatos Hidrológicas da Venezuela, deputado da Assembleia Nacional Constituinte e Nelson Herrera, presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras do Ministério de Habitação e Moradia, deputado da Assembleia Nacional Constituinte.

Enviar tomadas de posições a: Leonardo Caraballo, cbolivarianainfo@gmail.com; Lídice Altuve, licealt@yahoo.com; com cópias para raulordonez20@gmail.com; culturadetrabajo.apn@gmail.com e julioturra@cut.org.br

O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br